

CLIPPING IMPRESSO

31/10/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	2 - 3
2.2. PRESIDÊNCIA.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. EVENTOS.....	5

ESTADO MAIOR

E MAIS

- A direção do Detran-MA aplicou uma punição aos servidores do órgão que aderiram ao movimento grevista ocorrido em junho e efetuou cortes nos salários, que devem ser pagos hoje.
- A denúncia foi feita pelos próprios servidores, que apresentaram à imprensa imagens dos contracheques com descontos descritos como: “Ausência não remunerada”.
- Os servidores afirmam que os cortes são ilegais e contrariam decisão do desembargador Jorge Rachid, que havia determinado que descontos só poderiam ocorrer após análise do mérito do caso.

Decisão suspende vestibular do CFO da Uema

Página. 7

Decisão suspende vestibular do CFO da Uema

“A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Atendendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a 6ª Câmara Cível do Tribunal Justiça suspendeu, em 17 de outubro, o vestibular da Universidade Estadual do Maranhão para o Curso de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) até que sejam disponibilizadas vagas para pessoas com deficiência no edital do certame.

A decisão acolheu recurso (agravo de instrumento) interposto pela promotora de justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de La Iglesia. De acordo com a representante do MPMA, a Constituição Federal prevê a obrigação de reserva de percentual de vagas para pessoas com deficiência em cargos e empregos públicos. “A ausência desta previsão é, portanto, inconstitucional e fulmina a



possibilidade de integração ao trabalho da pessoa com deficiência”, completou.

O vestibular da Uema para o CFO foi realizado no dia 20 de outubro. Prevalecendo a decisão, o Edital nº

42/2019 do certame deverá ser modificado, passando a conter a previsão de 5% de vagas para pessoas com deficiência. No entendimento da promotora de justiça, uma nova prova deverá ser

aplicada.

“A Justiça reconheceu este direito constitucional, destinado à integração social das pessoas com deficiência”, ressaltou Theresa Maria de La Iglesia.

Bate Rebate

VISITA



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo – acompanhado do vice-presidente, desembargador Lourival Serejo – fez visita ao governador em

exercício do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (30). Presentes na reunião, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Nina e o secretário de Comunicação e Articulação Política, Rodrigo Lago. Entre os temas discutidos na reunião destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem em questões como Segurança Pública, política de Conciliação e em áreas do contexto econômico do Estado que impactam diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

TJMA promove encontro para definir estratégia nacional de segurança do Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, abriu, nesta quarta-feira (30), no Auditório da Associação dos Magistrados (AMMA), o III Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário (ENIPJ), promovido pela Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA, com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM). Participam do evento, membros das comissões de segurança e agentes das unidades de inteligência dos tribunais estaduais e federais, que discutirão a implantação de doutrina de inteligência própria e participação do Poder Judiciário no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).
O desembargador Joaquim

Figueiredo deu as boas vindas aos presentes e elencou medidas e procedimentos já adotados pelo TJMA prevendo a segurança institucional.
“No TJMA, destinamos 3% do recolhimento do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ) para a Comissão de Segurança, a fim de suprir e dar independência a essa área tão indispensável ao bom andamento das atividades judiciais”, ressaltou.
O presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA, desembargador Raimundo Barros, destacou a abrangência do encontro e a importância do tema para a garantia de condições seguras de trabalho para os magistrados e servidores do Poder Judiciário.

“As avaliações feitas pelas comissões de inteligência são fundamentais para nossas decisões sobre segurança. Trata-se de um trabalho técnico especializado, minucioso, sigiloso, que quando desenvolvido por pessoas comprometidas e preparadas, torna-se essencial para uma decisão que envolve bens, como a própria vida”, disse.

COMPARTILHAMENTO

No encontro, também serão compartilhadas práticas, estudos e técnicas aplicadas à segurança institucional, a fim de garantir a integração e o fortalecimento da rede de inteligência a serviço do Poder Judiciário. Os resultados culminarão com o encaminhamento de minuta de Doutrina de Inteligência para análise no Comitê Gestor de Segurança Institucional do CNJ.